



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

14.9.2011

DOCUMENTO DE TRABALHO

sobre um roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

Relator: Chris Davies

Um roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050

Prefácio

A necessidade de reduzir as emissões que provocam o aquecimento global nunca foi tão premente, mas a vontade política de alguns é minada pela relutância de outros.

Apesar de os governos da UE terem repetidamente subscrito as provas científicas e reconhecido que a não adopção de medidas imediatas tendo em vista a criação de uma economia hipocarbónica se revelará, no mínimo, dispendiosa e, na pior das hipóteses, catastrófica, são demasiadas as pessoas que se mostram relutantes em agir com determinação. O abrandamento da economia veio afectar a confiança e desviar as atenções. As perspectivas de obtenção de um acordo internacional ambicioso envolvendo medidas de combate às alterações climáticas estão a desvanecer-se (apesar de haver um número maior de países que estão voluntariamente a comprometer-se a fazê-lo). O roteiro da Comissão Europeia para 2050 ainda não garantiu a obtenção do apoio do Conselho.

Os responsáveis políticos estão assomados de incertezas e dúvidas. As reduções das emissões na União Europeia não podem, por si só, salvaguardar o mundo contra as alterações climáticas perigosas, mas se as impuséssemos, será que isso teria consequências adversas significativas para a economia europeia, ou iriam esses efeitos ser marginais? Poderá o investimento na criação de uma economia hipocarbónica ser efectivamente benéfico, criando novas oportunidades comerciais? Na ausência de um acordo internacional vinculativo, tomarão os países industrializados medidas firmes para reduzirem as suas emissões? Deverá a UE mostrar liderança em vez de hesitação?

Conseguiremos alcançar as metas se restringirmos a utilização de algumas tecnologias? Excluimos a cisão nuclear ou a captura e armazenamento do carbono? Impomos restrições ao gás de xisto ou à importação de biocombustíveis? Temos meios para investir os montantes que são necessários ao desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas? Alguns Estados-Membros vão ter mais dificuldades do que outros na concretização das reduções de CO₂: assim sendo, as disposições actuais em matéria de partilha de encargos são suficientes? Teremos de conceder apoio adicional e, em caso afirmativo, quem irá pagá-lo?

A falta de compromisso resulta, em parte, do cepticismo de alguns políticos relativamente ao aquecimento global. Será que os cientistas se enganaram?

Contudo, as emissões globais de CO₂ continuam a aumentar. O Observatório de Mauna Loa, no Hawaii, registou um pico anual de 394,16 ppm, em Maio de 2011, um aumento relativamente ao valor de 373,78 registado há dez anos. Há agora a certeza de que o aumento das emissões globais de CO₂ não vai parar em 2015, nem durante muitos anos após esta data.

A ciência e as tendências indicam que as temperaturas médias mundiais vão aumentar mais de 2 graus Celsius. Com efeito, é possível que este aumento ocorra ainda durante a vida de muitos dos actuais deputados ao PE. O aquecimento continuará após o seu desaparecimento. O Hadley Centre, do Reino Unido, estima que, se não forem adoptadas medidas urgentemente, as temperaturas médias do ar em todo o mundo vão aumentar entre 3 a 5 graus

Celsius entre 2070 e 2100. Entre outros impactos, as temperaturas desta ordem de grandeza são susceptíveis de reduzir de forma muito significativa a produção agrícola que, naquela data, estará a sustentar mais 2 mil milhões de pessoas.

Não estamos a avançar de olhos fechados em direcção ao abismo. Estamos, sim, a avançar com os olhos bem abertos, plenamente conscientes, mas distraídos.

As metas do roteiro

A União Europeia assumiu um compromisso absoluto e unilateral de, até 2020, reduzir o nível das emissões de CO₂ apenas em 20%, comparativamente a 1990. No entanto, adoptou uma série de políticas que, a serem implementadas na íntegra, poderão reduzir as emissões em 40%, até 2050.

O Conselho reconheceu a inadequação desta abordagem e aceitou – em termos gerais – que as emissões têm de ser reduzidas em 80-95% até 2050. A adopção do roteiro da Comissão sujeitará a União Europeia ao princípio da concretização desta meta e servirá de justificação a uma série de novas propostas de política específicas. A sua importância não deve ser subestimada.

O roteiro propõe como marcos de referência uma redução de 40% nas emissões domésticas, até 2030m, e uma redução de 60% até 2040. A trajectória pressupõe que irá ser conseguida uma redução de 25% até 2020, e a Comissão sublinha que a UE estará apta a cumprir o calendário desde que as políticas que entretanto foram aprovadas sejam integralmente implementadas. Uma vez que os Estados-Membros estão à deriva relativamente aos objectivos de eficiência energética, tal exigirá provavelmente o apoio do Conselho e do Parlamento tendo em vista a adopção de novas medidas de correcção.

O roteiro está algo atrasado: parte do princípio de que o ritmo das reduções das emissões vai acelerar à medida que os anos passarem e a tecnologia evoluir. Um número excessivo das principais mudanças sugeridas está a muitos anos de distância. Para o período 1990-2020, o total das reduções de CO₂ necessárias ascenderia apenas a 25%, ao passo que nos 30 anos seguintes teriam de ser conseguidos mais 55%.

As mudanças demoram tempo a implementar, mas as propostas da Comissão podem ser criticadas por serem complacentes e mesquinhas – ainda que sejam reflexo das dificuldades na obtenção de um acordo político relativamente a uma abordagem mais radical. O pressuposto de que tudo correrá bem desde que a meta para 2050 seja alcançada ignora o facto de que cada tonelada de CO₂ emitida pode ficar na atmosfera durante mais de 100 anos. Os volumes de CO₂ acumulam-se cada dia que passa e contribuem para o processo de aquecimento global. São necessárias reduções urgentes na sua emissão, e não apenas para os próximos 30 a 40 anos.

A importância para a economia europeia

O desafio consiste em reduzir drasticamente as emissões de CO₂, mantendo e construindo ao mesmo tempo uma economia competitiva. Estes dois objectivos têm de ser concretizados em simultâneo. O ritmo de desenvolvimento noutras partes do mundo é de tal forma rápido que a

Europa corre o risco de ficar para trás, tentando manter os antigos hábitos e activos que estão a ser substituídos noutros pontos do globo. Precisamos de avançar, recorrendo a novas formas de pensar e explorando novas oportunidades.

A avaliação de impacto feita pela Comissão conclui que a concretização das metas do roteiro vai resultar numa viragem nos padrões de emprego, mas o seu efeito global será neutro ou positivo. Os potenciais efeitos económicos serão mais sensíveis se os Estados-Membros utilizarem eficazmente as receitas dos leilões e se a UE aproveitar com êxito a “vantagem do precursor”.

A concretização desta posição optimista corre o risco de ser frustrada pelo pessimismo e pelas perspectivas de curto prazo de alguns representantes de grupos de interesse do sector. Estes têm conseguido com demasiada frequência suscitar medos sobre as consequências da mudança nas políticas.

Governos e deputados ao PE, por exemplo, foram informados por fabricantes de automóveis em 2007-2008 que as medidas para reduzir as emissões de CO₂ dos novos veículos iriam aumentar o seu preço de venda e ameaçar o futuro do sector. Com efeito, o preço dos carros novos diminuiu em termos reais, ao mesmo tempo que a legislação da UE que obriga a uma maior eficiência do combustível veio garantir algum alívio aos condutores que se vêem confrontados com grandes agravamentos dos preços dos combustíveis. O reforço das normas ambientais não veio enfraquecer a posição competitiva dos fabricantes de automóveis na UE.

As preocupações relativamente à ameaça colocada pela fuga de carbono a alguns sectores com elevado consumo energético são legítimas, mas têm sido muito empoladas. As indústrias afectadas dispõem de um excedente em licenças de emissão livremente atribuídas que as protegerão contra os efeitos dos preços do carbono nos próximos anos. Os problemas com que a economia europeia se está a confrontar não têm a sua origem na fuga do carbono.

Se a China continuar a crescer ao mesmo ritmo do ano passado, as suas emissões, em 2030, serão equivalentes às actuais emissões do resto do mundo. Para evitar tal situação, a China tem de aumentar rapidamente o seu recurso à produção de electricidade com baixas emissões de carbono, bem como de proceder à captura e armazenamento geológico do dióxido de carbono (CAC) numa escala verdadeiramente maciça. A demora, por parte da UE, na aplicação generalizada de tecnologias hipocarbónicas fará com que importemos equipamentos, em vez de sermos nós próprios a produzi-los. Se nos atrasarmos, o actual domínio das empresas do Extremo Oriente no domínio da tecnologia da energia solar será multiplicado vezes sem conta. A UE corre o risco de sacrificar todas as suas pretensões em matéria de liderança tecnológica e as oportunidades económicas que a acompanham.

A UE tem de assegurar, enquanto prioridade, orientações e clarificações ao sector e, nomeadamente, ao sector da energia. As decisões de investimento que estão a ser tomadas agora vão afectar as emissões de CO₂ em 2050. As centrais de energia que estão hoje na fase de concepção podem entrar em funcionamento antes de 2020 e podem ainda estar a funcionar daqui a três décadas. É essencial que definamos estratégias de longo prazo que permitam ao sector investir com confiança e sem medo de ficar com activos abandonados em seu poder. A adopção do roteiro ajudará a providenciar a clareza que os investidores exigem.

Vai haver mudanças, mas a única coisa a recear é o próprio medo.

Consequências da votação no Parlamento

Embora tratando-se de uma matéria não legislativa, a resposta do Parlamento pode ter enormes implicações para a política futura. Apesar de o relator considerar que o roteiro da Comissão é inadequado no que diz respeito às reduções das emissões domésticas que são uma necessidade imediata, recomenda que o Parlamento o apoie – bem como aos marcos de referências que estabelece para 2030, 2040 e 2050.

A aprovação implicará o reconhecimento, por parte dos deputados ao PE, de que a União Europeia deve estar preparada para providenciar liderança na questão do aquecimento global. Significará que, mesmo na ausência de um tratado internacional vinculativo nos termos que pretendemos, o Parlamento aceita que a UE deve aceitar o papel de precursor e deve tomar as medidas necessárias para criar uma economia hipocarbónica até 2050. Será um sinal de que os deputados ao PE desejam que a UE adira a novas tecnologias e a uma nova forma de alcançar as nossas metas económicas.

A aprovação demonstrará que o Parlamento compreende que há que dar ao sector a indicação mais clara possível sobre a estratégia de longo prazo. Indicará que os deputados ao PE têm noção de que há que instituir instrumentos de política adequados para orientar as decisões de investimento, desafiando-os a aceitar que têm de apoiar medidas no sentido de tornar mais rigoroso o Sistema de Comércio de Emissões e aumentar o preço do carbono, ou então têm de apoiar medidas alternativas para estimular os mesmos investimentos hipocarbónicos.

Devemos estar bem cientes do significado que terá a não aprovação do roteiro. Não existe um plano B. A rejeição dos marcos de referência propostos de acordo com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas da ONU será sugestiva de que o Parlamento ou não acredita que aqueles podem ser concretizados, ou determina que os custos da sua concretização serão demasiado elevados (quaisquer que sejam as consequências para os nossos descendentes), ou recusa-se a aceitar que é necessário concretizá-los.

Uma decisão desse tipo seria um rude golpe contra todos os que reconhecem a ameaça que o aquecimento global representa para milhares de milhões de pessoas no nosso planeta. Enfraqueceria gravemente a determinação da Comissão e daqueles que, no Conselho, querem assegurar a adopção, por parte da UE, de políticas que são essenciais à redução das alterações climáticas e à manutenção da sua posição competitiva no mundo. A mensagem política que tal constituiria corre o risco de destruir as esperanças de progressos nas negociações internacionais.

A nossa oportunidade

Em tempo de guerra, tudo se faz depressa. Arranja-se dinheiro, simplifica-se a burocracia e tomam-se medidas.

O aquecimento global não tem o imediatismo da guerra, mas é uma catástrofe que avança

lentamente e que terá consequências igualmente profundas. A resposta por parte do mundo também avança lentamente. Não está a ser dada à questão a prioridade que ela exige.

Os textos parlamentares deste tipo têm um tempo de vida político limitado. De pouco valerão os comentários de natureza geral e superficial por parte dos deputados ao PE. Devemos, em vez disso, utilizar esta oportunidade para propor medidas específicas que a Comissão deve introduzir para que a meta de 2050 possa ser cumprida. Devemos insistir em que sejam apresentadas as propostas necessárias ao abrigo do mandato deste Parlamento. Devemos utilizar este relatório para exercer pressão de uma forma positiva.

Nota

A competência nesta matéria é partilhada com a Comissão da Indústria, da Investigação e da Tecnologia que tem responsabilidade exclusiva pelas energias renováveis, eficiência energética, segurança energética, desempenho energético dos edifícios, rotulagem energética, avaliação das consequências para o sector da energia, rede inteligente, contadores inteligentes, investigação e inovação. O relatório do relator reflectirá esta divisão.